

REVOLUÇÃO BOLIVARIANA – ESPECIFICIDADES E DESAFIOS*

DANILO SPINOLA CARUSO**

*Acusavam-nos de haver abandonado a via revolucionária porque havíamos abandonado as armas.
Mas quem disse que as armas garantem uma via revolucionária?
Muitas vezes as armas estão a serviço de processos contra-revolucionários.
(Hugo Chávez)*

A novidade da Revolução Bolivariana se manifesta por seu próprio tempo, trajetória, avanços e contradições. Como todo processo revolucionário, ela só pode ser entendida a partir de seus próprios atores e das condições sócio-culturais herdadas por eles. É, portanto, única, e a comparação com outros movimentos não deve ser considerada um parâmetro para medir seus avanços e descaminhos. Ela se diferencia por seu momento histórico, no qual se supôs, justamente, o sepultamento de qualquer alternativa política revolucionária; e se contrapõe às contradições de seu tempo, próprias do capitalismo contemporâneo de tipo neoliberal, cada vez mais agressivamente imperialista, com novíssimas formas de difusão de ideologias e visões de mundo hegemônicas (e também contra-hegemônicas). Finalmente, a Revolução Bolivariana se diferencia também pelas concepções estratégicas adotadas por suas lideranças, que não vacilaram em buscar o novo, mesmo rompendo com certos *cânones*, dogmaticamente defendidos por alguns partidos e movimentos tradicionais da esquerda.

Para a compreensão deste processo revolucionário é preciso, primeiramente, delimitá-lo claramente: o que é a Revolução Bolivariana? Ainda hoje, o termo não tem plena aceitação nem na mídia, nem na literatura especializada, sendo usualmente grafado entre aspas. A este respeito, István Mészáros, um dos principais intelectuais marxistas contemporâneos, afirmou

The Economist, de Londres, recusa-se a procurar o sentido da expressão Revolução Bolivariana, apesar do fato de que a liderança política da Venezuela, com suas consistentes referências ao projeto inacabado da época de Simón Bolívar, estar empenhada em pôr em movimento uma transformação de longo alcance no país. Na

* Este artigo foi parcialmente apresentado no II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas – Nucleas, em setembro de 2010.

** Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Pinheiral.

verdade, uma transformação que ainda repercute em todo o continente e gera reações significativas também em outras partes da América Latina. Com uma intenção insultuosa deliberada, *The Economist* coloca sempre entre sarcásticas aspas a palavra “bolivariano” – como se tudo o que fosse bolivariano devesse ser considerado obrigatoriamente absurdo. (MÉSZAROS, 2009: 94)

É importante estabelecer as diferenças entre o governo de Hugo Rafael Chávez Frias e o processo mais amplo da Revolução Bolivariana. Não há dúvidas de que a Revolução *acelerou-se* a partir do governo Chávez, mas ela não se confunde com este e, possivelmente, também não se limita à Venezuela. Como salientou Mézszáros, vemos eclodirem em outros países da América Latina processos revolucionários que, ainda que guardem suas especificidades, apresentam também semelhanças em relação à experiência venezuelana (neste caso, pode-se destacar a Bolívia). Isto sinaliza a existência de fatores estruturais mais profundos, que atingiram a América Latina como um todo e *forçaram*, por assim dizer, as contradições sociais específicas do continente. O resultado dessas tensões dependeu – e ainda depende – das diferentes condições histórico-culturais de cada país.¹ Uma análise mais profunda do processo precisa relacionar fatores locais e globais, isto é, verificar como cada país, conforme suas condições históricas, reagiu frente às transformações estruturais mais amplas do capitalismo contemporâneo, que criaram situações e problemáticas *novas*, diferentes daquelas enfrentadas pelos movimentos revolucionários do passado.

As especificidades e ineditismos da Revolução Bolivariana ainda carecem de mais pesquisas pelos estudiosos e pelas diferentes correntes políticas da esquerda brasileira. Este artigo visa contribuir no esforço de melhor compreender o caso venezuelano, a partir de pesquisa de campo realizada no país² e da análise de autores que se dedicaram ao assunto. Interessa-nos, especialmente, os fatores que diferenciam a Revolução Bolivariana dos “modelos” de revolução mais ou menos influenciados pelo chamado “socialismo real”. Neste sentido, daremos maior atenção às especificidades da História da Venezuela e de seu povo, que julgamos essenciais para a compreensão do

¹ Assim, enquanto Bolívia e Venezuela apresentam casos semelhantes de levantes populares seguidos pela ascensão de lideranças identificadas com a causa anti-capitalista, temos também movimentos armados em alguns países (como México e Colômbia) e governos de esquerda – não necessariamente anti-capitalistas – eleitos em outros (casos de Equador, Uruguai, Brasil, dentre outros).

² Esta pesquisa de campo, realizada em Caracas, em janeiro de 2006, resultou em cerca de 30 horas de entrevistas, e na realização do documentário longa-metragem “Viagem à Venezuela”, dirigido pelo autor e exibido, dentre outros locais, no Fórum Social Mundial de Belém, em 2009.

processo revolucionário e que, muitas vezes, figuram ausentes na abordagem da mídia e / ou em pesquisas pouco cuidadosas.

Qualquer análise sobre a Revolução Bolivariana precisa partir de dois marcos históricos imprescindíveis: o *Caracazo* de 1989 e a tentativa de golpe de Estado liderada por Hugo Chávez, em 1992. O levante popular de Caracas, em 1989, resultou num massacre com milhares de mortos. Conforme veremos adiante, ele foi resultado da agudização das contradições sociais no país ao longo da década de 1980, e marcou o início da reação das camadas subalternas, precipitando o processo revolucionário. Todo esse aprofundamento das contradições sociais ocorreu paralelamente a um intenso processo de politização e organização dentro das Forças Armadas venezuelanas, que resultou na formação de grupos clandestinos contrários à ordem político-econômica vigente – um dos quais tenta a tomada do poder em 1992. Este surpreendente processo de politização entre os militares obviamente mudou a correlação de forças no país, em favor das alternativas revolucionárias, e só foi possível pelas especificidades da história da Venezuela e de suas Forças Armadas, que contrastam com suas congêneres do Cone Sul.

Entre o *Caracazo* e a vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais de 1998, instalou-se claramente na Venezuela o que podemos denominar, conforme o conceito gramsciano, de *crise de hegemonia*. Prisioneiros de uma economia praticamente extrativista, totalmente dependente dos preços do petróleo, os setores dominantes não conseguiam fabricar o consenso necessário para a implantação das políticas neoliberais, num momento de queda da demanda mundial pelo óleo. Nenhum dos partidos políticos tradicionais – e nem tampouco as forças mais radicais de esquerda, herdeiras da tradição da luta armada no país – conseguiam impor seus projetos políticos como expressão da vontade da nação. Foi neste contexto que emergiu o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), liderado pelo Tenente-Coronel Hugo Rafael Chávez Frias, do Exército venezuelano. Este grupo logrou canalizar as insatisfações populares em torno da proposta de concluir o processo revolucionário iniciado no século XIX por Simón Bolívar.

Para tanto, foi de imprescindível importância a ação armada de 1992, na qual o grupo tentou derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez a partir de um golpe de Estado. Retrospectivamente, a ação poderia ser classificada como voluntarista, até pelo quase

inexistente apoio ao movimento nos meios civis. Contudo, malgrado o fracasso militar da operação, os acontecimentos posteriores revelaram que ela se revelou uma grande vitória política, pois foi a partir dela que o movimento e sua proposta se tornaram conhecidos, permitindo a adesão ao projeto de setores civis organizados. Chávez passou dois anos no cárcere, mas saiu de lá para uma fulminante ascensão à presidência da República, apenas 6 anos depois de haver comandado o fracassado *coup d'État*.

Como foi possível um movimento de ruptura com a ordem instituída ter sido hegemonizado por uma organização oriunda do meio militar? Como esta própria organização pôde se constituir? As respostas para estas questões demandam uma análise mais aprofundada sobre as Forças Armadas da Venezuela.

O Exército e a concepção bolivariana

A formação histórica das Forças Armadas venezuelanas é marcada por dois elementos fundamentais: a herança ideológica de Simón Bolívar, o “Libertador”, e a série de enfrentamentos entre o Exército venezuelano e as forças das oligarquias regionais, com destaque para a Guerra Federal (1859-1863), que opôs as oligarquias contra um exército de caráter popular, liderado pelo general Ezequiel Zamora.

A análise do primeiro desses elementos não é tarefa fácil, dada a importância de Bolívar para a história da Venezuela, e a enormidade das fontes e trabalhos acadêmicos produzidos sobre ele (e por ele próprio). Sua figura é onipresente no país, sendo intimamente ligada à própria formação da nacionalidade venezuelana. Por isso mesmo, o legado de seu pensamento e ação foi apropriado, ao longo da história e até hoje, por diferentes segmentos da sociedade, cada qual de uma maneira e com distintos objetivos.

Segundo Carla Ferreira, que estudou o pensamento de Bolívar em dissertação de Mestrado defendida em 2006, pela UFRGS, a melhor definição da ideologia bolivariana é a fornecida pelo historiador venezuelano J. L. Salcedo Bastardo, que analisou exaustivamente a monumental documentação referente a Bolívar, procurando relacionar os elementos comuns existentes entre o *homem*, o *pensamento* e a *ação* (FERREIRA, 2006: 30-31). A partir dessa “tripla-chave”, chega-se a um resumo das principais características do que podemos denominar como a “ideologia bolivariana”, que orientou

a organização dos grupos revolucionários formados nas Forças Armadas ao longo dos anos 1980.

Segundo a definição de Salcedo, seriam traços genuinamente bolivarianos a repugnância à tirania e a defesa intransigente da independência nacional e de um governo efetivamente democrático, conforme a tradição mais radical da Revolução Francesa (porém com adaptações à realidade americana, que demandaria graus sucessivos de desenvolvimento da democracia). O pensamento de Bolívar foi fundamentalmente influenciado por seu tutor, Simón Rodrigues, responsável por sua educação moral e intelectual. Como lembra Mézáros, Rodrigues fora “um homem que, bem antes de Marx, frequentou sociedades secretas socialistas em Paris” (MÉSZÁROS, 2009: 91); foi por intermédio dele que veio a forte influência das idéias de Rousseau, que à época embasavam as principais correntes revolucionárias no mundo, com destaque para o jacobinismo francês. Os aspectos rousseauianos e a defesa da soberania nacional são as chaves pelas quais o pensamento de Bolívar pôde ser apropriado pelo MBR-200 como base ideológica para sua proposta revolucionária – que evoluiria, no governo Chávez, para a idéia do “Socialismo do Século XXI”.

Mas isso só foi possível porque as próprias Forças Armadas da Venezuela, em seu desenvolvimento histórico, apresentaram características que permitiram o aflorar desse discurso. Segundo o filósofo Juan Miguel Dias Ferrer, estudioso da formação do Exército venezuelano, as Forças Armadas venezuelanas

são forças bem diferentes daquelas que pertencem ao Cone Sul, pois são forças armadas que conservaram muita mobilidade social das camadas humildes da população, não são forças armadas que se converteram numa casta à parte, independente da sociedade. (...) O Exército venezuelano se fazia herdeiro das tradições bolivarianas, de um Exército libertador, o que é um fator ideológico muito poderoso.³

A mobilidade social de que fala Dias Ferrer se deve aos inúmeros conflitos armados que impediram, na Venezuela, a formação de um Exército controlado diretamente pelas oligarquias regionais. No período imediatamente pós-independência, as elites oligárquicas venezuelanas deixaram suas diferenças de lado, frente à presença de um grande contingente popular armado – herança das guerras de libertação –, e

³ Juan Miguel Díaz Ferrer, cf.: ALMADA, Isaías. *Venezuela: povo e Forças Armadas*, São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007, p. 112 - 113

passaram a implementar toda sorte de subterfúgios para diluir ao máximo as propostas igualitárias contidas no projeto independentista de Bolívar.⁴ Mas, à medida que as expectativas geradas nas camadas subalternas foram sendo negadas, inúmeras revoltas populares começaram a eclodir, gerando um caos social que seria canalizado pelo Partido Liberal, onde despontava a liderança do então comerciante Ezequiel Zamora.

Em 1846, como reação às fraudes eleitorais que impediram a vitória do Partido Liberal, estourou a Revolução Camponesa, liderada por Zamora, que pregava a reforma agrária, a democracia efetiva e a definitiva libertação de todos os escravos – em outras palavras, reivindicava a efetivação dos decretos assinados por Bolívar, e o aprofundamento das políticas de caráter popular. Esta Revolução foi derrotada rapidamente, mas deu lugar à Primeira Autocracia Liberal – período em que José Tadeu Monagas, um caudilho com inclinações liberais, dominou a política venezuelana. Ezequiel Zamora, que havia sido preso após a Revolução Camponesa de 1846-1847, foi incorporado ao Exército, atuando em inúmeras ações militares contra as oligarquias. Quando um golpe oligárquico depôs Monagas, em 1858, iniciou-se a Guerra Federal – conflito sangrento no qual Zamora apareceu como a principal liderança anti-oligárquica e que, segundo alguns estudiosos, resultou na morte de mais de 200 mil pessoas (FERREIRA, 2006: 86).

A Guerra Federal foi um conflito de tipo total, que ao fim “dizimou as forças ligadas às oligarquias, colocando em seu lugar um contingente formado por setores camponeses, desvinculados delas” (MARINGONE, 2004: 132). Embora não tenha resultado em alteração substantiva das estruturas agrárias e das formas super-exploratórias de trabalho, a Guerra Federal mostra que a proposta proclamada por Hugo Chávez, de concluir a Revolução iniciada por Bolívar, não é propriamente uma novidade na história venezuelana.

Outros conflitos ainda eclodiriam, opondo o Exército venezuelano às oligarquias. Entre os anos de 1899 e 1900, na chamada *Revolução Restauradora*, o

⁴ A promessa de liberdade para os escravos – que foram chamados às armas por Bolívar, e libertados por ele em decretos de 1816, 1818 e 1820 – foi sendo negada ou dificultada ao máximo, com base em novas leis aprovadas em 1821 e 1830. Ao mesmo tempo, os setores populares foram percebendo o engodo por trás de novas formas de trabalho – como a *peonaje* – que mantinham os trabalhadores sob total controle das oligarquias. Além disso, o recém criado Estado venezuelano, dominado pelos setores oligárquicos, impôs um aumento geral dos impostos, como forma de tentar contornar as dificuldades da crise econômica geral do país, agravada pelos muitos anos de guerra (FERREIRA, 2006: 66-70).

caudilho Cipriano Castro desafiou as oligarquias regionais e tomou o poder, com base em um exército formado por pequenos proprietários e trabalhadores rurais pobres dos Andes; este contingente acabou se institucionalizando e formando a alta oficialidade do Exército venezuelano – o que reforçou, mais uma vez, a conformação de Forças Armadas sem ligações orgânicas com as oligarquias, ou até mesmo francamente opostas a elas. A Revolução Restauradora resultou na centralização do poder e na liquidação do caudilhismo regional; contudo, ela deu lugar a governos despóticos, que se mantiveram no poder graças ao suporte estadunidense. Já em princípios do século XX, a influência da Casa Branca e das empresas petrolíferas internacionais acabou por corromper a alta oficialidade do Exército, malgrado sua origem social. Assim, em troca da abertura do país ao capital estrangeiro – especialmente na exploração do petróleo – os EUA forneceram ajuda militar aos generais que governaram o país de forma autoritária até 1958.⁵

Apesar disso, as Forças Armadas venezuelanas conservaram ainda características populares e patrióticas, possibilitando uma surpreendente penetração do Partido Comunista Venezuelano (PCV) em suas fileiras, especialmente nos anos finais da ditadura de Pérez Gimenez (1952-1958). A insólita aproximação entre comunistas e parte da oficialidade do Exército acompanhou o crescimento da mobilização popular contra o regime ditatorial, e visava a formação de uma Frente Militar de Carreira do PCV (MARINGONE, 2004: 122). Diversos oficiais aderiram a essa proposta de aliança civil-militar, confirmando o caráter relativamente *permeável* das Forças Armadas venezuelanas em relação à ação de grupos de esquerda e ideologias revolucionárias radicais. Nas palavras de Douglas Bravo, histórico dirigente comunista da Venezuela: “Nunca deixou de existir uma força revolucionária ali [nas Forças Armadas]”.⁶

⁵ Na primeira metade do século XX, há um pequeno intervalo em que forças progressistas, em aliança com setores descontentes do Exército, chegam ao poder e ensaiam a conformação de um regime democrático-liberal, durante os anos 1945-1947 (no esteio, portanto, da onda democratizante pós Segunda Guerra Mundial. Esta tentativa, contudo, não resiste à reação dos setores mais retrógrados. Com o apoio dos EUA, tais setores cooptam os generais participantes do movimento, e impõem novas e ainda mais repressivas ditaduras. É importante destacar que a consolidação desses seguidos regimes repressivos só foi possível graças à estabilidade econômica gerada pela exportação cada vez maior do petróleo, acompanhando a alta demanda ocasionada pelas Guerras Mundiais e pela reconstrução da Europa no pós-1945.

⁶ Douglas Bravo cf: MARINGONE, op. cit. p. 126.

Para fazer frente ao crescimento da reação popular e militar contra a ditadura, o *establishment* estadunidense muda de tática, passando a apoiar as forças liberais que, isolando os grupos mais à esquerda, firmam um pacto pela institucionalização de um regime democrático-liberal pró-EUA. Parte significativa do Exército e da Marinha participa desse esforço, tornando-se fiadores do acordo estabelecido entre os partidos liberais tradicionais da Venezuela e os grandes grupos econômicos ligados ao petróleo. Este acordo, denominado *Pacto de Punto Fijo*, cria um sistema político controlado pelos dois maiores partidos do país – a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Político Eleitoral Independente (COPEI) – através de um sistema eleitoral baseado em listas fechadas, no qual o eleitor votava no partido e não em candidatos individuais. Tal sistema favorecia o domínio das direções partidárias sobre toda a estrutura, graças também à submissão da burocracia sindical, ligada à AD. O sistema consolidou-se em 1968, quando se estabeleceu um novo acordo entre os dois partidos, que praticamente impôs um revezamento no poder entre eles. Estava criada “a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” (MARINGONE, 2004: 104).

No novo sistema, os militares foram sendo apartados das decisões políticas, sob a bandeira do “controle democrático” sobre as forças armadas. Mas as mudanças não cessaram. A partir de 1971, iniciou-se o *Plano Andrés Bello*, que visava o envio de aspirantes a oficial para o ensino superior e pós-graduação (até então, as Forças Armadas ofereciam somente a instrução técnica). Muitos dos oficiais que, mais tarde, formariam o núcleo duro do MBR-200 – como o próprio comandante Hugo Chávez, que estudou Ciências Políticas através do programa – tiveram uma formação humanística sólida neste programa. Assim, graças também à relativa estabilidade política trazida pelo Pacto de Punto Fijo e pela economia petroleira, os militares venezuelanos mantiveram-se distantes da influência da Escola das Américas, que no restante da América Latina estimulou a visão de que os civis constituíam “potenciais inimigos” a serem combatidos, conforme as doutrinas de segurança nacional comuns ao continente.

Com o Plano Andrés Bello, consolidava-se o quadro que permitirá o afloramento das lideranças bolivarianas no Exército, nos anos 1980. Vejamos agora os principais fatores que levaram, ao final desta mesma década, o conjunto das classes subalternas a um estado de sublevação.

NEOLIBERALISMO E REAÇÃO POPULAR NA VENEZUELA

A *democracia puntofijista* funcionou a contento até o início dos anos 1980, graças aos ingressos do petróleo. Criou-se um sistema político-econômico estável, onde o dinheiro parecia brotar do chão e ninguém precisava pagar altos impostos; houve inclusive uma lenta, porém constante, melhoria de vida para a população trabalhadora, além de enormes lucros para a elite venezuelana e as multinacionais petrolíferas. Em 1976, no auge da bonança econômica, o petróleo foi nacionalizado, com a criação da Petróleos da Venezuela S. A. (PDVSA); as empresas multinacionais, contudo, continuaram parceiras do negócio, atuando como filiais da estatal e influenciando diretamente em sua administração.

Toda a prosperidade da época, porém, assentava-se sob bases frágeis, posto que dependia completamente da exploração de um produto cujos preços eram definidos pelo mercado internacional. A partir dos anos 1980, o sistema evidenciou seus “pés de barro”, num contexto mundial de esgotamento do paradigma fordista-keynesiano de produção e de paulatina imposição de novas formas aprofundadas de acumulação capitalista. A demanda pelo petróleo despencou, gerando a estagnação econômica do país e um crônico endividamento do Estado. A “solução” apresentada pelos partidos tradicionais do sistema *puntifijista* seguiu o receituário neoliberal, imposto na América Latina através de organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Na Venezuela, tal receituário se traduziu por uma reação à nacionalização de 1976, através de uma política de *abertura petroleira* – que consistia, na verdade, em aumentar a níveis ainda maiores a autonomia da PDVSA em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que se diminuía as obrigações fiscais da empresa. Dessa forma, a elite econômica do país, administrando a estatal como uma empresa privada, atendia aos interesses dos EUA, negociando diretamente com os grandes cartéis do petróleo e escapando, dessa forma, da política de controle de preços da OPEP (que à época tentava diminuir a produção mundial do produto, visando elevar seu preço). De sorte que as classes altas venezuelanas enriqueciam vendendo petróleo barato para os EUA, e a

conta era simplesmente repassada ao conjunto da população venezuelana, sob a forma da dívida pública.

Gradativamente, evoluiu-se da idéia da “abertura petroleira” para a de “internacionalização” da PDVSA, defendida pelos últimos governos da *democracia puntofijista*, com destaque para o governo de Carlos Andrés Pérez (1988-1993). Esta possibilidade encontrou reações nas Forças Armadas, por razões de Estado: era por demais evidente, especialmente num Exército marcado pelo pensamento anti-imperialista de Bolívar e desvinculado organicamente das oligarquias, os riscos que a “internacionalização” do petróleo representava à soberania de um país totalmente dependente do produto. Foi se tornando claro que a independência da nação estava em cheque, em virtude da ação de grupos internacionais aliados à elite econômica local. A reação à continuidade dessa política se manifestou na formação de grupos clandestinos, dos quais o MBR-200 constituiria o mais importante deles.

Contudo, as conspirações no Exército iam crescendo apenas lentamente, até o país ser sacudido pelo Caracazo, em 1989. Neste ano, o recém-eleito presidente Carlos Andrés Pérez, da AD, anunciou um acordo de empréstimo com o Fundo Monetário Internacional – contrariando promessas de campanha, quando declarara que não recorreria ao fundo para sanar o crônico endividamento do Estado. Dentre outras medidas previstas pelo acordo, estavam o congelamento de salários, a desvalorização da moeda, a redução do gasto público e do crédito e o aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. A reação popular ao anúncio das medidas foi imediata: uma pequena manifestação contra o aumento das passagens evoluiu para um verdadeiro caos social, com milhões de pessoas nas ruas realizando protestos e saques generalizados.

Humberto Gómez García, escritor e historiador venezuelano, descreveu assim o evento:

Una insurrección popular que fue lavada en sangre. Morieron cerca de cinco mil personas, durante tres días. (...) Este es un dato histórico, porque se produce una ruptura con el modelo de dominación colonial; se produce una ruptura con el modelo imperante, petrolero-rentista; con el modelo de dominación de los partidos, con la llamada democracia representativa. Quer decir, Venezuela se divide en dos, por así decirlo, con el Caracazo.⁷

⁷ Humberto Gómez García, escritor venezuelano, em entrevista ao autor em janeiro de 2006.

O Caracazo representou um momento a partir do qual ficou evidente que a ordem anterior, marcada pela democracia-liberal do Pacto de Punto Fijo, perdera sua legitimidade e que, contra ela, as camadas subalternas estavam dispostas a reagir através de ação direta e radical de massas. Anos depois, Chávez afirmaria em entrevista: “Quando Carlos Andrés Pérez enviou a Força Armada à rua para reprimir aquela explosão social e houve um massacre, os militares bolivarianos do MBR-200 analisamos que havíamos ultrapassado o limite e decidimos que era preciso ir às armas” (HARNECKER, 2004: p. 28).

ASSALTO AO PODER

O MBR-200 iniciou sua formação em 1982, a partir de um núcleo inicial formado por Hugo Chávez e dois outros oficiais: Jesús Urdaneta Hernández e Felipe Acosta Carles. À época, já eram evidentes os sintomas da grave crise econômica que assolava o país, além da corrupção generalizada, inclusive dentro das Forças Armadas. O trio marcou o início de suas conspirações com um juramento que parafraseava o famoso Juramento do Monte Sacro, feito por Bolívar em Roma.⁸ Aos pés de uma árvore muito antiga na entrada da cidade de Tumero, conhecida como Samán de Guere – à sombra da qual, segundo a tradição, Bolívar teria descansado antes da batalha de Carabobo, em 1821 – os três militares pronunciaram as seguintes palavras, que se tornaram a senha para o ingresso no movimento:

Juramos pelo Deus de nossos pais, juramos por eles, juramos por nossa honra e juramos por nossa pátria que não daremos descanso a nossos braços nem repouso a nossa alma até que tenhamos quebrado as correntes que nos oprimem e oprimem nosso povo por vontade dos poderosos. (MARINGONE, 2004: 130)

O movimento buscou também a articulação com forças civis, especialmente depois do Caracazo de 1989. Houve contatos principalmente com partidos de esquerda

⁸ Em 1805, Bolívar e seu tutor, Simon Rodrigues, encontravam-se na Europa, vivendo intensamente os ventos revolucionários que varriam o continente à época. Bolívar decidiu prestar um juramento no Monte Sacro, onde ocorrera, séculos antes, uma revolta da plebe romana contra a dominação patriciana. O Juramento do Monte Sacro dizia: “Juro diante de ti, juro pelo Deus de meus pais e por eles, juro pela minha honra e juro pela minha pátria que não permitirei que nem o meu braço nem a minha alma descansarão até termos rompido os grilhões que nos oprimem por vontade do poder espanhol”.

oriundos de rachas do PCV, como La Causa Radical (La Causa R ou LCR), e o Partido da Revolução Venezuelana (PRV). Segundo declaração posterior de Hugo Chávez, a LCR – que tinha penetração nos meios sindicais e estudantis, além dos movimentos de bairros – havia se comprometido com diversas ações populares em apoio à ação armada de 1992, planejada pelo MBR-200; contudo, às vésperas da operação, a Direção Nacional decidiu pela não participação no movimento, deixando o MBR-200 sem nenhuma articulação com o meio civil (HARNECKER, 2004: 32). Ainda assim, o golpe foi deflagrado, com a participação de cerca de 10% dos efetivos (aproximadamente 6 mil homens, a maioria jovens), oriundos principalmente dos batalhões de elite; mas, sem a participação de grupos organizados da sociedade civil e sem conseguir um canal de comunicação com a população, o movimento foi rapidamente sufocado, após enfrentamentos em diversas cidades e bases militares estratégicas do país.

Cerca de 12 horas depois da deflagração do golpe, Chávez decidiu se entregar, com o pedido que pudesse fazer um pronunciamento à nação e a seus comandados. O pronunciamento, no qual Chávez assumia a responsabilidade pelo “movimento militar bolivariano”, foi transmitido ao vivo pelas principais redes de TV venezuelanas e entrou para a história do país, fazendo de Chávez um ícone instantâneo e uma poderosa liderança popular.

AVANÇOS E PROBLEMAS DO PROJETO REVOLUCIONÁRIO

No cárcere por dois anos, Chávez ampliou seus contatos com o meio civil, iniciando a organização do que viria a ser um partido político, denominado Movimento Quinta República (MVR). O nome do partido indicava claramente a pretensão do movimento: refundar a República venezuelana, sepultando a democracia *puntofijista* (que constituía a 4^o. experiência republicana da história do país). Desde as conspirações do MBR-200, a idéia central da proposta política de Chávez era a elaboração de uma nova Constituição para o país, e foi com essa bandeira que Chávez veio a ser eleito Presidente da República em 1998.

Nos escritos de Chávez no cárcere, percebe-se que não havia ainda clareza sobre o caráter da revolução que se pretendia realizar, especialmente no âmbito das relações

econômicas de produção e trabalho. A principal preocupação repousava na questão do poder e das instituições políticas, e traduzia-se pela idéia central de que era necessário criar um aparelho de Estado e um sistema político capaz de fazer da soberania popular a *protagonista* do poder – idéia que claramente faz referência a Rousseau, inspirador também do pensamento de Bolívar. Nas palavras de Chávez: “o povo deve se transformar no objeto e no sujeito do poder. Essa opção não é negociável para os revolucionários.”⁹ Na ideologia que motivou a Revolução Bolivariana, nunca foi apresentado um destino previamente decidido, um “modelo” pré-concebido que se desejasse implantar; sempre, desde o início do processo, houve a consciência de que se buscava o *novo*, e que esse novo deveria ser construído ao longo de um processo, conduzido pela própria população soberana através da participação político-institucional.

Aqui se percebe claramente a aproximação entre o projeto de Chávez e um dos mais importantes aspectos da concepção revolucionária de Bolívar, segundo a qual a América, por suas próprias características históricas e culturais, jamais deveria tentar reproduzir os modelos de Revolução ou governo da Europa, nem tampouco os meios para se atingir os objetivos revolucionários.¹⁰ Não por acaso, muitos teóricos e militantes de cariz marxista, por vezes mal compreendendo a proposta revolucionária de Bolívar, fazem da comparação com as experiências comunistas tradicionais, influenciadas pela Revolução Soviética (ou com certa interpretação da mesma), o critério para a definição do processo bolivariano como revolucionário ou não. Não raro, dessa comparação definem também o apoio ou a oposição ao governo Chávez.¹¹

Por se tratar da busca pelo *novo*, não há impedimentos para reformulações ao longo do percurso. Desde o início, quando a proposta central do MVR ainda era somente a da elaboração de uma nova Constituição, houve a preocupação de se falar de

⁹ Hugo Rafael Chávez Frías, cf.: MÉSZÁROS, op cit., p. 100

¹⁰ É conhecida a frase do tutor de Bolívar, Simon Rodriguez, repetida inúmeras vezes por Chávez em seus discursos: "A América Espanhola é original e originais têm de ser suas instituições e seu governo, e originais seus meios de fundar um e outro. Ou inventamos ou erramos".

¹¹ Este tipo de enfrentamento ideológico não é novidade na história venezuelana, já tendo causado *rachas* no PCV no passado. Segundo Douglas Bravo, fundador do Partido da Revolução Venezuelana, sua expulsão e de seus companheiros do PCV se deu porque “reivindicávamos os elementos teóricos de Simón Bolívar, de Simon Rodrigues, de Ezequiel Zamora e de outros pensadores venezuelanos, cujos postulados se chocavam com os da ortodoxia do pensamento soviético” (Douglas Bravo cf.: MARINGONE, op cit, p. 126)

um *proceso constituyente*, que não poderia se dar por encerrado com a aprovação do texto constitucional, mas sim com a gradual e difícil efetivação de seus princípios (HARNECKER, 2004: 49). Gilberto Maringone lembra que, nos primeiros anos do governo Chávez, não houve pudores em dar continuidade a certas políticas pragmáticas, ligadas à própria manutenção da governabilidade sob os marcos do capitalismo.¹² Ao longo do governo Chávez, o caráter processual das transformações continuou, a medida em que toda sorte de problemas impediam um maior avanço.

Nosotros entendemos que ceder el poder al pueblo há sido... há generado un problema, donde los representantes del mismo gobierno, de alguna forma, no há logrado dar esta respuesta al pueblo, esta respuesta que manda la Constitución de la Republica Bolivariana. Porque vienen en una estructura que viene funcioinando hace quarenta años. (...) Porque la burocracia no nos deja avanzar. Nosotros vamos estar permanentemente em pies de lucha, luchando contra la burocracia, e generando cada dia más estratégias, para que, de verdad, el pueblo tome el poder, que és de verdad o que nosotros queremos.¹³

No âmbito econômico, principalmente, não se realizaram ainda transformações estruturais profundas. Visando manter a unidade frente às agressões de uma poderosa oposição, o governo Chávez reluta em promover o necessário debate entre os defensores da manutenção mais ou menos temporária de certas práticas capitalistas e os defensores de mudanças mais profundas, no sentido de ultrapassar a cultura materialista e promover a igualdade e a democracia operária no âmbito da produção.

A partir de 2004, o governo Chávez encorajou a formação de mais de 100 mil cooperativas operárias, muitas das quais formadas por pessoas pobres sem experiência na economia formal. Segundo Steve Ellner, tais cooperativas deveriam se orientar por uma perspectiva solidária, que não enfatizasse o lucro como o fim último de suas existências; o resultado, por diversas razões (corrupção, mal uso do dinheiro, etc) esteve aquém do esperado, embora boa parte das cooperativas tenha resistido ao teste do tempo e mantenham-se funcionando até hoje. Maior sucesso tiveram os cerca de 20 mil Conselhos Comunitários, os quais escolhem e desenvolvem projetos em suas comunidades, financiados por agências estatais.¹⁴

¹² Ver parte I (especialmente o cap. Intitulado “Que governo é esse”) em MARINGONE, op. cit.

¹³ Juan Velasco, Chefe Civil da paróquia de Santo Agostín, em Caracas (entrevista ao autor em janeiro de 2006).

¹⁴ Ver em ELLNER, Steve. *O debate perene sobre os objetivos socialistas em curso na Venezuela*, versão

Paralelamente, promoveu-se também a nacionalização de algumas empresas privadas, especialmente as participantes da greve patronal insurrecional armada de 2002-2003; mas os resultados foram muito diferenciados – dada a diversidade nas modalidades de gestão das empresas nacionalizadas – e, hoje, ganha força a corrente governamental que é contrária a experiências de autogestão em setores estratégicos. Sem um debate mais aprofundado sobre essas experiências, torna-se difícil identificar as causas dos avanços e fracassos ocorridos. Não se sabe, por exemplo, se a política salarial igualitária favorece ou não o absenteísmo e a falta de motivação; da mesma forma, não há consenso sobre a cobrança dos empréstimos públicos às cooperativas – por um lado, a lei praticamente elimina os requisitos de garantias na solicitação dos créditos; mas, por outro, a agência supervisora tem processado centenas de cooperativas por desvio de fundos públicos.¹⁵

Assim, a Revolução Bolivariana permanece em aberto, marcada pelo debate entre dois pólos: de um lado, os defensores de que os trabalhadores já estão prontos para gerir as empresas, e que um avanço maior só não ocorreu ainda em virtude das hesitações (propositais ou não) do governo; de outro, os que lembram que o elevado grau de consciência das camadas subalternas da sociedade venezuelana não significa que já estejam preparadas para gerir a produção, e que a correlação de forças, tanto no âmbito nacional quanto internacional, ainda não permite um maior avanço da Revolução, no sentido de uma transformação econômica mais profunda.

CONCLUSÃO

Como lembra Díaz Ferrer, “o imperialismo tem experiência em esmagar revoluções,”¹⁶ de sorte que toda Revolução, se não rompe com modelos pré-concebidos, estará fadada ao fracasso. A busca pelo novo constituiu desde o início uma das características da Revolução Bolivariana, e também uma de suas principais armas. Mas é também, por outro lado, um dos motivos pelos quais essa experiência é ainda mal

traduzida retirada de www.resistir.info (em agosto de 2010). O original do artigo pode ser visto em Steve Ellner. The Perennial Debate over Socialist Goals Played Out in Venezuela IN: *Science & Society*, v. 74, n. 2, abril de 2010.

¹⁵ Idem, *ibidem*

¹⁶ Juan Miguel Díaz Ferrer, cf: ALMADA, op. cit. p. 111

compreendida, especialmente por observadores externos. Trata-se de um caso em que a experiência real avança mais rapidamente que a teorização acadêmica – que se torna ainda mais difícil devido ao ineditismo e às constantes mudanças de rumo do processo, com maiores avanços em alguns momentos e retrocessos em outros.

Faz-se necessário evoluir na compreensão da Revolução Bolivariana, analisando seus limites e vitórias com um olhar desprovido de preconceitos e atento aos fatores que lhe dão especificidade. Vimos aqui que a análise desses fatores pode sugerir, por um lado, a importância das bases históricas sobre as quais se sustenta o processo, donde se conclui a impossibilidade de sua “exportação” ao conjunto do continente; por outro, a simples existência da perspectiva revolucionária na Venezuela demonstra que o capitalismo contemporâneo, de tipo neoliberal, não constitui o destino inevitável das sociedades latino-americanas, e que sob certas circunstâncias é possível, ao menos, desestabilizar suas estruturas de poder e mecanismos de reprodução social.

BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, Isaías. *Venezuela: povo e Forças Armadas*, São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007
- MÉSZÁROS, István. *A Crise do Capital*, São Paulo: Boitempo, 2009
- BORGES, Altamiro. *Venezuela: originalidade e ousadia*, São Paulo: Anita Garibaldi, 2005
- ELISALDE, Rosa Miriam e Báez, Luis. *Chávez Nuestro*, Havana: Casa Editora Abril, 2004
- FERREIRA, Carla. *Ideologia Bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência do povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)*. Dissertação de Mestrado (Orientação de Cláudia Wasserman), Porto Alegre: UFRGS, 2006
- GOLINGER, Eva. *El Código Chávez*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.
- HARNECKER, Marta. *Um homem, um povo; Hugo Chávez Frías: entrevista concedida a Marta Harnecker*, São Paulo: Expressão Popular, 2004
- MARINGONE, Gilberto. *A Venezuela que se Inventa*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004
- Science & Society*, v. 74, n. 2, abril de 2010

Filmes:

- Puente Llaguno: clavez de una masacre*, direção de Angel Palácios, 2004, Asociación Nacional de MÉDIOS Comunitários Libres y Alternativos
- The Revolution will not be televised*, direção de Kim Bartley e Donnacha O'Briain, Power Pictures
- Venezuela Bolivariana: pueblo y lucha de la IV Guerra Mundial*, direção de Marcelo Andrade y Kesang Sherpa, 2004, Collective Calle y Media
- Viagem à Venezuela*, direção de Danilo Spinola Caruso, 2008 (produção independente)